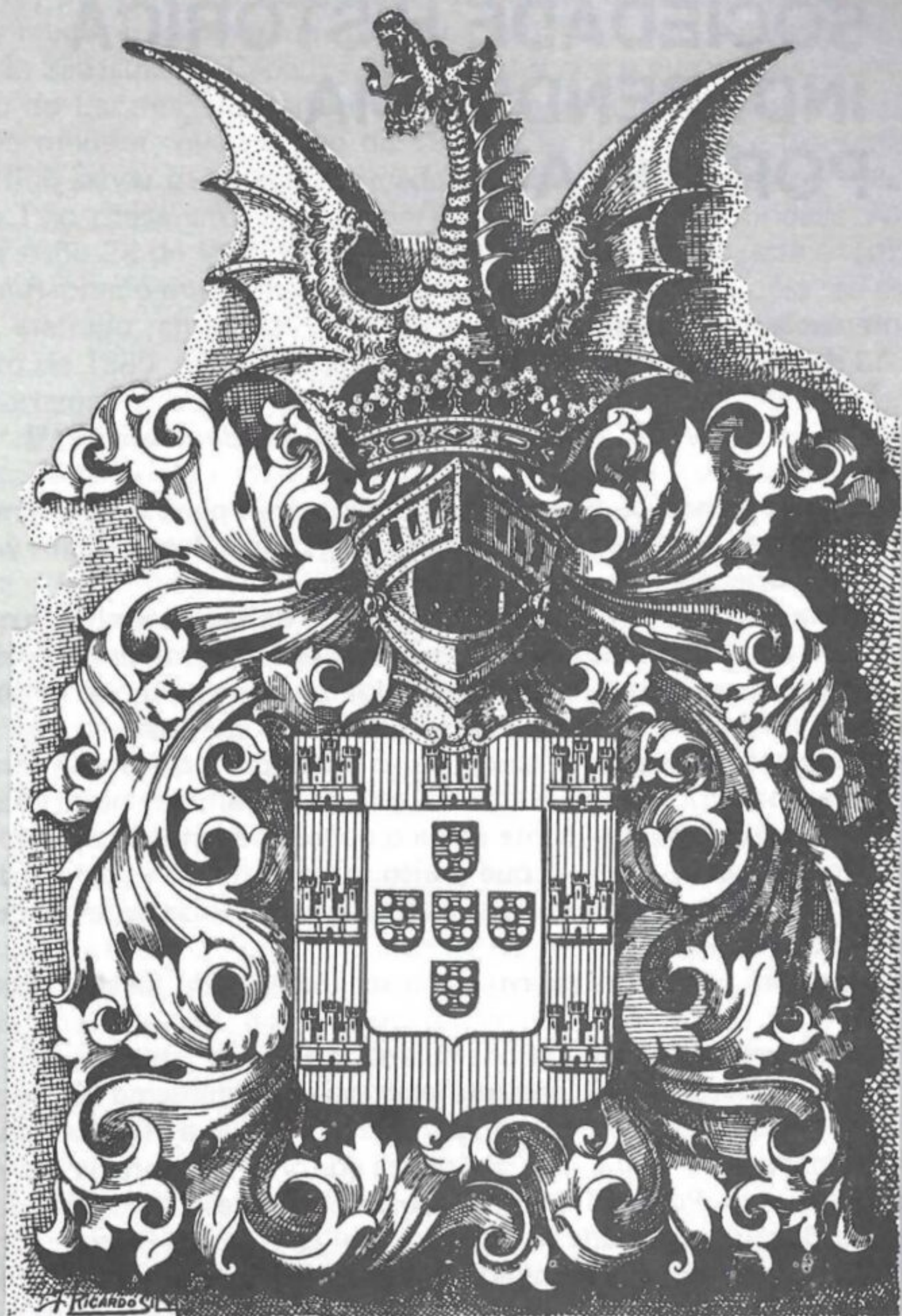




O expressivo emblema da Sociedade Histórica da Independência de Portugal *

Francisco de Simas Alves de Azevedo

Começarei, como me compete, por agradecer as palavras que a meu respeito foram ditas pelo Exmo. Senhor Eng.º Pinto Bastos, Digm.º Vice-presidente desta Sociedade.

Agradecimento que evidentemente não posso deixar de juntar ao que formulo pelo convite recebido para falar numa sessão cultural desta Sociedade, venerável pela antiguidade, respeitável pelos seus inequívocos intuitos patrióticos, que no Palácio da Independência está... no seu posto.

Agradecimento que é tanto mais efusivo quando é motivo de honra e alegria para mim proferir uma conferência, aqui, precisamente neste Palácio da Independência. Aqui, onde se sente ainda o nobre ambiente da casa dos nobilíssimos Almadás, aqui, onde, o que muito mais conta, se está num dos santuários da Pátria portuguesa, Pátria que tão poucos santuários tem e que nem sempre os sabe respeitar. Assim possam as minhas palavras não ser indignas do local onde as pronuncio!

Porque me propus falar sobre o tema anunciado?

Porque considero particularmente expressivo o emblema da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, que não é aliás a insígnia social nem figura na respectiva bandeira, mas sim marca editorial e timbre de papel.

São as armas de Portugal. Melhor não se poderia escolher para ser usado por agremiação cuja actividade se resume afinal ao culto da Pátria.

Acertadamente não foi escolhida a modalidade das armas nacionais em uso oficial sob nenhum dos regimes na vigência dos quais tem vivido esta Sociedade. Efectivamente não devem ser as armas do Estado usadas por ninguém, a não ser pelo próprio Estado.

Inclui a modalidade usada pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal as quinas, derivadas do que foi adaptado pelo Fundador da Nacionalidade, inclui o dragão, datando da Guerra da Independência o qual no período da Restauração, será, ainda, muito usado.

Concretizou-se este emblema em primoroso desenho do talentoso artista, já desaparecido, João Ricardo Silva, qualificado colaborador que foi de Afonso de Dornelas, e doutros heraldistas, entre os quais quem vos está falando ainda teve a honra de se contar.

João Ricardo Silva inspirou-se em monumentos de arte heráldica do século XVI, embora o tenha feito sem se libertar da influência do gosto oitocentista.

É indispensável enunciar a descrição completa do emblema em causa.

Em escudo do tipo francês moderno: de prata, 5 escudetes de azul posto em cruz, carregados cada de 5 besantes de prata; bordadura de vermelho carregada de 7 castelos de prata (lapso;

deveriam ser de ouro). Elmo de ouro, aberto, posto de frente. Coroa real aberta. Timbre: um dragão sainte de ouro. Paquife de prata.

Entrando no tema deste conferência cumpre-me dizer algo sobre cada uma das partes componentes do referido emblema, começando pela mais antiga, as quinas.

Símbolo incostestável e incontestado de portugalidade são efectivamente os cinco escudetes postos em cruz, emblema que os séculos e as mudanças políticas têm respeitado.

Há, pois, que compilar algumas informações sobre as origens e a evolução das nossas quinas.

Tudo leva a crer que derivam duma cruz azul que figuraria em fundo branco, na bandeira de D. Afonso Henriques, bandeira esta a aproximar da dos condes reinantes de Barcelona (cruz vermelha em fundo branco), da dos condes reinantes de Sabóia (cruz branca em fundo vermelho), da dos reis de Aragão (cruz branca em fundo violeta), da dos reis da Dinamarca (cruz branca em fundo vermelho) e da dos reis da Suécia (cruz amarela em fundo azul).

(Não posso deixar de lembrar que o sogro de Afonso I era um conde de Sabóia).

Quando se deu - na primeira metade do século XII - o aparecimento dos brasões de armas, pelo emprego simultâneo dos mesmos elementos emblemáticos, na bandeira e no escudo dos soberanos e dos senhores feudais, tal cruz seria fixada ao escudo de Afonso Henriques por pregos de cabeça circular, talvez dispostos em grupos.

Produto da estilização do acabado de descrever será o que se vê nos selos de autoridade de dois dos filhos de Afonso Henriques, Sancho I (1195) e Matilde, condessa de Flandres (1197), o desta senhora não só mais bem conservado do que o de seu irmão, o 2.º rei dos portugueses, como também divulgado, em excelente moldagem, pelos Arquivos Nacionais de França.

Ambos apresentam 5 escudetes dispostos em cruz, cada com um número elevado e indeterminado (quantos cabem na superfície) de besantes, os laterais deitados e apontados ao centro (entende-se por "besante" uma superfície circular prateada ou dourada, cujo nome foi aquele por que era conhecida, ao tempo, na Europa Ocidental, certa moeda do império romano do oriente ou bizantino).

Existe um selo atribuído ao próprio Afonso Henriques, apresentando elementos praticamente iguais aos que figuram nos de seus filhos. Apenso a documento de 1133, é, porém, de duvidosa autenticidade.

Nas moedas que se pensa terem sido cunhadas no reinado de Fundador da Nacionalidade, e nos dos seus sucessores até fins do século XIII, o que se vê, na maioria dos casos, são 5

escudetes postos em cruz (laterais deitados) cada geralmente com 4 besantes, também em cruz.

Durante o século XIV, nos selos reais e nas moedas o número de besantes em cada escudete vai-se lentamente estabilizando em cinco. Já então podemos falar, portanto, de quina, nome da face do dado com 5 pontos, colocados 2, 1, 2, mais frequente disposição, na arte heráldica, de 5 figuras iguais.

As mais antigas referências documentais à quina datam já do século XV, concretamente de 1424 e 1433.

Um poeta catalão do século XIV - Bernat de So - descrevendo em *La Visio*, a bandeira do rei de Portugal diz que tem "cinco dados". Quanto às cores das quinas, azul e prata, - as cores de Portugal, como foi enfaticamente lembrado quando da revolução de 1820 - já um codice iluminado francês do século XIII - o armorial *Winbergen* - as mostra.

A forma dos escudetes mais frequentemente usada - inclusivamente na actual bandeira portuguesa - é a que em arte heráldica se chama escudo espanhol ou português; aparece pela primeira vez nos selos e moedas de D. Sancho II. Será, desde então, uma das formas mais usadas, em monumentos de diferentes características e épocas.



Gravura e água-forte Retrato de D. Sancho II de Portugal, "o Capelo". Ilustração de "Philippus Prudens" de Caramuel (1639).

• • • • •

A uniformização da posição dos escudetes dá-se por volta de 1485 por decisão de D. João II, ficando desde então os laterais

colocados lateralmente como os restantes. Preocupou-se este notável soberano que se pudesse pensar estarem os dois escudetes laterais deitados por simbólico castigo, o que não era verdade (conhecem-se efectivamente, alguns casos de modificação na posição ou características de figuras emblemáticas como punição aos respectivos portadores).

Aproximável da referida cruz em azul é o "sinal" ou signum, espécie de assinatura desenhada em geral consistindo fundamentalmente numa cruz, por vezes latina, contida dentro de um círculo (donde a expressão de "sinal rodado" ou "roda"), polígono ou estrela, usado pelos soberanos cristãos da península ibérica e por outros potentados - como por exemplo, Teresa, mãe de Afonso Henriques - desde cerca de meados do século XI.

Por vezes aos sinais rodados - usados em Espanha até fins do século XV, entre nós parece que só até meados do século XIII - se juntam, ou mesmo se substituem, elementos do que virão a ser as armas nacionais dos estados respectivos.

É o caso do que tem sido considerado o mais antigo monumento da arte heráldica portuguesa: um sinal rodado de Afonso Henriques, desenhado em documento datado de 1183 (datação aliás recentemente posta em dúvida) em que a cruz está substituída por escudetes postos em cruz - cada um com 5 besantes também postos em cruz - os laterais deitados, os inferiores voltados para cima.

Duas explicações da origem e significado das quinas foram outrora apresentadas. A mais divulgada fala das 5 Chagas de Cristo, aparecido a Afonso Henriques antes da Batalha de Ourique, dos 30 dinheiros por que Judas vendeu o seu Mestre, e dos 5 reis mouros vencidos na referida batalha. A outra explicação alude a 5 feridas no corpo do próprio Afonso Henriques, recebidas na mesma batalha.

Encontramos a primeira, com variantes, nas *Crónicas breves de Santa Cruz de Coimbra*, textos datando dos séculos XIV-XV. A segunda consta dum discurso de D. Martinho, bispo de Lisboa, pronunciado em França, em 1380. Não são tais explicações de aceitar por posteriores aos acontecimentos e contrariadas pelos monumentos e mentalidades contemporâneos.

Merecem-nos, porém, respeito e interesse dada a sua antiguidade e dado o facto de Camões ter integrado a primeira dessas tradições em "*Os Lusíadas*"!

Para se poder fazer uma comparação da idade das quinas com a dos emblemas nacionais de outros estados, lembrarei remontarem, total ou parcialmente, a cerca de 1150-1250 as mais antigas armas nacionais da nossa civilização, actualmente vigentes, as da Espanha, Bélgica, Holanda, Grã-Bretanha, Dinamarca, Noruega, Suécia, Polónia, Checoslováquia e Áustria, sendo ainda anteriores as da Alemanha (ocidental). Ainda antes de serem "quinas", os 5 escudetes azuis foram emoldurados por castelos de ouro em fundo vermelho, por decisão de D. Afonso III (defensor e visitador do reino de 1246 a 1248, rei de 1248 a 1279) em lembrança da sua família materna, neto que era do prestigioso Afonso VIII de Castela, el de las Navas (reinante de 1158 a 1214), o qual, como seu emblema, adaptara um castelo de ouro em fundo vermelho. (O futuro Afonso III terá procedido assim para evitar

confusões - politico-militarmente - dos seus emblemas com os do irmão Sancho II, a quem vinha substituir no governo; desaparecido Sancho II, conservou o que adaptara).

Lembrarei - sem aprofundar, que o assunto é complexo e encontra-se bem estudado, embora não completamente divulgado entre nós - alguns factos a respeito destes castelos e da sua presença nas armas de Afonso III.

Assim, segundo um ilustre heraldista espanhol, contemporâneo, Faustino Menendez-Pidal, as suas cores - ouro e vermelho - são, possivelmente, as das armas de Inglaterra, sugeridas a Afonso VIII pela emblemática ostentada - documentalmente se sabe - no enxoval de Leonor de Inglaterra, com o qual o castelhano casou em 1170, e que era irmã de Ricardo Coração de Leão, rei de Inglaterra de 1189 a 1199, o primeiro a usar os 3 leopardos de ouro em fundo vermelho. Sobre a adopção dos castelos pelo nosso Afonso III, aos quais gerações mal informadas dos factos, e desconhecedoras da mentalidade medieval, quizeram dar conteúdo comemorativo da conquista do Algarve, lembrarei o seguinte.

Dos 10 netos varões de Afonso VIII (filhos de filhas), só dois - Sancho II de Portugal e Luís IX (S. Luís) de França - que não tinham motivo para modificar as armas de seus reinos - não incluíram castelo ou castelos em seus brasões. Note-se ainda que dos oito restantes, cinco usaram bordaduras de castelos envolvendo as armas paternas: Afonso de Molina, infante de Leão, Afonso III, rei de Portugal, Fernando de Serpa, infante de Portugal, Carlos de França, conde de Anjou, Afonso, infante de Aragão.

Antes de substituir seu irmão Sancho II, o futuro Afonso III viveu em França, como é bem sabido, integrado na feudal idade francesa, conde de Bolonha pelo casamento.

O que não será tão sabido embora publicado já no nosso país é que na sua qualidade condal, o "Bolonhês" usou curiosas armas; escudo dividido por um traço vertical, castelos em número indeterminado, numa das metades, na outra, combinação das armas da consorte com as armas do soberano e primo-direito, o rei de França. Rei de França, note-se, que muito provavelmente armara cavaleiro o jovem Afonso, antes de o casar com Matilde de Bolonha.

(Claro que são conhecidos casos de adopção das armas do padrinho de cavalaria).

Dos escudetes paternos, nem vestígio nas armas do conde de Bolonha!

É que Afonso era, para a burocracia da corte de Branca de Castela e de Luís seu filho, antes do casamento com a condessa de Bolonha, apenas o "senhor Afonso sobrinho", forma de evitar confusões com outro primo-direito, Afonso de França, conde de Poitiers, e ao mesmo tempo, lembrar ser sobrinho da influente rainha-mãe. (E já agora, lembrarei eu que este Afonso de Poitiers também dava metade da superfície do seu brasão aos maternos castelos castelhanos...).

Um códice inglês, elaborado em vida de D. Afonso III, o Wallford's Roll, atribui ao rei de Portugal: de vermelho, castelos de ouro em número indeterminado, e um lambei de azul. Outra modalidade das armas condais do futuro Afonso III, em que este azul, aqui sim, é um vestígio das armas paternas?

(O lambel - por vezes em Portugal chamado banco de pinchar - é uma figura cuja origem parece estar na origem do uso de - nas batalhas ou torneios - os filhos para se distinguirem de seus pais, se presentes, atarem a seus escudos uma tira de tecido, com recortes pendentes. Virá assim a funcionar - já no século XIII - como modo de tornar diferente as armas dos membros de uma família em relação às do respectivo chefe).

O número dos castelos, nas armas de Portugal virá a estabilizar-se em sete, na segunda metade do século XVI, número a que nenhum conteúdo simbólico parece ser de aceitar a atribuição.

Desde fins do século XIV as armas de Portugal serão encimadas pela coroa real aberta tal como se verifica contemporaneamente noutras monarquias da Europa Ocidental.

É no tempo de D. Fernando (rei de Portugal de 1367 a 1383), é a época da Guerra dos Cem Anos e do seu prolongamento para a Península Ibérica, do conseqüente convívio internacional que explicará esta e outras inovações nos costumes heráldicos portugueses.

Devo dizer que no emblema da Sociedade Histórica da Independência de Portugal se verifica um certo anacronismo ao serem usados os tracejados convencionais dos esmaltes e metais heráldicos numa modalidade das armas reais portuguesas em que se incorporou a referida coroa aberta. Já tal coroa tinha caído em desuso quando se inventou e - ainda mais tardiamente - se divulgou em Portugal a convenção dos tracejados.

No desenho de João Ricardo Silva a coroa assenta num elmo aberto posto de frente, o que está certo. Efectivamente o elmo posto de frente, aberto ou gradeado, é usado sistematicamente para as armas de soberanos, desde o século XVI, embora haja, evidentemente, monumentos anteriores que o mostram. Do elmo solta-se abundante e muito bem delineado paquife que emoldura o escudo um pouco à maneira de certos monumentos de arte heráldica francesa seiscentista.

A origem do paquife tem sido explicada pela pequena capa que era usada pelos cavaleiros para proteger a nuca do aquecimento excessivo causado pelo Sol na cota de malha ou na armadura. Espadeiradas a retalhariam, ou conhecida a moda do vestuário medieval a recortaria. De tudo isto souberam artistas tirar partido, sobretudo desde o período do gótico final.

O artista representou o paquife como sendo branco, sombreado, o que não deveria ter feito pois a regra artístico-heráldica é de o representar com pelo menos as cores fundamentais das armas. No nosso caso azul, prata, ouro e vermelho, ou algumas destas como fizeram os distintíssimos artistas que iluminaram o Livro do Armeiro-Mor (vermelho e prata) e o Livro da Torre do Tombo (vermelho e ouro).

Sobre a coroa assenta o timbre, no desenho do qual João Ricardo Silva mostrou a sua capacidade de se inspirar com bastante respeito, mas em todo o caso sem servilismo, em bem escolhidos modelos que adiante referirei.

O dragão ou serpente alada, representado sainte da coroa, posto de frente ou de perfil (olhando em frente, à esquerda, como neste caso, ou à direita do observador, tudo

independentemente da posição do elmo) com ou sem os membros anteriores visíveis, é o timbre do rei de Portugal, desde o reinado de D. João I.



D. João I.



Motivo da sua adopção não se sabe, de certeza, tendo sido apresentadas algumas hipóteses. Assim o heraldista Armando de Matos lembra que Tomás, conde de Lancaster, tio-avô de esposa de D. João I, a inglesa Filipa de Lancaster, usava como timbre um dragão.

Não parece ser razão de peso embora a relação com uma influência inglesa seja de aceitar. Efectivamente segundo a opinião do reputado heraldista francês barão Hervé Pinoteau, com a qual concordo inteiramente, o rei de Portugal resolvendo - por influência inglesa - timbrar as suas armas (o que tanto quanto se sabe nenhum dos seus antecessores fizera) escolheria uma cimeira bastante corrente na Europa, tomando como modelo a do rei de Aragão.

Deverei lembrar que é precisamente D. João I que adapta como padroeiro a S. Jorge - de que o dragão é tributo - deixando Santiago, para evitar confusões, nas lutas com os castelhanos. Virá ainda a propósito lembrar o culto que a S. Jorge presta a monarquia aragonesa, culto esse aliás é, o de toda a cavalaria... Documento evidentemente apócrifo atribui a adopção do dragão, a que chama "serpente de Moisés", a Afonso Henriques. Com certa lógica emblemática, ter-se-ia escolhido a dita serpente por ser "figura de Cristo", o que está de acordo com a interpretação cristã do Velho Testamento.

Efectivamente evocando o corpo de armas - os 5 escudetes - a Pessoa de Cristo, pelas Suas chagas, o timbre das mesmas armas revocá-lo-ia por animal personificando-O.

É transcrito este documento em espanhol, por Manuel de Faria e Sousa na sua edição comentada de "Os Lusíadas", Madrid 1639, pgs. 84-7, e apresenta-se como sendo uma carta de Afonso Henriques, relatando o milagre de Ourique e mandando os seus descendentes que usem as armas que descreve.

Parece-me que a inspiração para o verdadeiro autor do documento, que julgo posterior ao século XVI e ligado à historiografia alcobacense, seria a empresa (emblemata pessoal) do infante D. Fernando, duque da Guarda, filho de el Rei D. Manuel I, empresa representada em várias iluminuras encomendadas pelo grande coleccionador que foi.

Usou este príncipe um dragão, sobre uma haste, conjunto acompanhado pelas palavras SALUS VITAE - salvação da vida - em clara alusão ao que se diz em Números 21, 9: "E Moisés fez uma serpente de metal e pô-la sobre uma haste; e era que, mordendo alguma serpente a alguém, olhando para a serpente de metal ficava vivo".

Acontece, porém, que do uso deste timbre pelo Rei de Portugal não são conhecidas fontes anteriores a D. João I.

Isto não quer dizer que personagens contemporâneas de Afonso Henriques, não tivessem ornado o capacete com um elemento emblemático.

É o caso de Ricardo Coração de Leão que no seu segundo selo grande se fez representar com um leão igual ao que ostentava no escudo, pintado numa espécie de crista que nos elmos servia para amortecer as espadeiradas.

Este e outros casos análogos são testemunho que não há notícia tenha chegado a Portugal.

Devem ser os monumentos mais antigos das armas reais de Portugal, com o dragão, os que se podem ainda hoje ver no Mosteiro da Batalha.

Ostentam-no a chave da abóbada da vasta capela chamada "do Fundador", e uma interessante pedra de armas sobre a porta sul da Igreja, quase certamente construída ainda em vida de D. João I. Em ambos é o animal fabuloso representado de frente. No selo real, porém, o dragão só apareceu com o neto de D. João II, D. Afonso V. Num selo de chancelaria deste soberano, apenso a documento datado de 1450, o dragão, de perfil, é muito bem visível e expressivo.

Belíssimas representações artísticas das armas reais portuguesas, com a sua cimeira, datam do reinado de D. Manuel I, sobrinho de D. Afonso V, e a quem o património heráldico português deve imenso.

Belíssimas representações entre as quais se inclui o padrão oficial das armas do rei de Portugal, a esplêndida iluminura do armorial chamado Livro da Torre do Tombo (começado antes de 1521, acabado antes de 1541) com o dragão de ouro, de frente, olhando à esquerda do observador. Nele acertadamente se inspirou João-Ricardo Silva para o desenho em estudo.

O Livro da Torre do Tombo, dada a sua qualidade de armorial oficial é a melhor fonte para o conhecimento da cor do dragão do rei de Portugal ser a do mais nobre dos metais.

Note-se que a adopção do ouro é certamente anterior a

princípios do século XVI, é muito provável que se tenha verificado simultaneamente com a adopção do próprio dragão, em fins do século XIV.

Dos armoriais estrangeiros, pelo menos um, anterior ao Livro da Torre do Tombo, indica o ouro para o dragão. Na devida altura será citado.

Ainda no século XVI, o dragão começa, por motivo ignorado, a aparecer a verde, o que se pode ver no Atlas, manuscrito e iluminado, de Fernão Vaz Dourado, de cerca de 1576.

Voltando aos monumentos da arte heráldica manuelina, vale a pena falar numa pedra de armas, soberbo baixo relevo no claustro do Mosteiro dos Jerónimos.

O dragão, de corpo volumoso e expressão enigmática, de ídolo, foi representado de frente, olhando em frente, com uma elaborada coroa aberta. O seu aspecto estranho levou um ocultista, António Telmo, a considerar a já então secular e bem conhecida cimeira do rei de Portugal, como sendo o *baphomet* dos Templários...!

Algumas edições da antiga tipografia portuguesa - igualmente do reinado de D. Manuel I, são também fontes para o estudo do timbre real português.

Merece referência, até pela projecção político-cultural da obra que as ostenta, a representação das armas reais que ilustra o primeiro livro das Ordenações manuelinas, publicado em 1521. O dragão, de frente, olhando à direita do observador, abre as garras sobre os florões da coroa da qual foi representado o rei. Já no século XV se sabia no estrangeiro qual era a cimeira do rei de Portugal.

Assim no famoso Armorial Equestre do Tosão de Ouro e da Europa (de cerca de 1450) a espectacular figura de cavaleiro que é o "Roy de Portugal" tem como timbre, com a sua coroa aberta, um dragão de ouro, posto de frente (embora se veja a três quartos dada a posição da cabeça do cavaleiro) com os membros anteriores visíveis.

Para o autor do Armorial chamado de Antoine de Clemery, de origem lorena, compilado no fim do século XV, mas seguindo fontes mais antigas, o timbre do rei de Portugal é um busto de dragão, de prata.

O grande armorial alemão quatrocentista designado por Conrad Grunenberg, atribuído, em 1483, ao rei de Portugal, como cimeira uma cabeça de dragão, encimando aliás armas fantasistas.

Já meio século antes outro armorial germânico, o Wappenbuch von Donaueschingen (cerca de 1433) timbra as armas, certíssimas, do rei de Portugal com um dragão, admiravelmente estilizado, com o perfil.

Tenho ainda presente uma fotografia da página portuguesa do armorial designado por de Conrad Schnitt (existente no Staatarchiv da Basileia), atribuído ao século XV, que igualmente timbra as armas reais portuguesas, correctamente representadas, na modalidade usada desde D. João I a D. João II, com um esguio dragão com o perfil. Não tenho de momento notícias de qual a cor atribuída pelos autores dos três últimos armoriais citados (Grunenberg, Donaueschingen e Schnitt) ao dragão real português. Julgo que deverá ser de ouro.

Se no fim do século XVI, o rei D. Sebastião é o último soberano a usar o dragão no selo, no século seguinte este animal fabuloso isolado, representa a monarquia portuguesa ou até Portugal.

Outro não é o simbolismo numa curiosíssima estampa que ilustra a obra *Lusitania liberata ab injusto Castellanos dominio* da autoria do célebre estadista restauracionista Dr. António de Sousa Macedo, publicada em Londres em 1645.



"*Lusitania liberata ab injusto Castellanos dominio*", da autoria do Dr. António de Sousa Macedo (1645).

• • • •

Vê-se um dragão, possante, coroadado com coroa real fechada, atacando e vencendo um leão, o qual só pode representar Castela-Leão, a Espanha, cujo rei deixou de ser o dos portugueses, no 1.º de Dezembro de 1640. É o único dragão emblemático português, de que tenho conhecimento, levando coroa sobre a cabeça. A coroa é muito semelhante à que encima as armas portuguesas no frontispício de outra obra importante e da literatura restauracionista, o Manifesto do Reyno de Portugal, Lisboa 1641.

No século XVIII o dragão vai caindo em desuso como cimeira

real. Parece ser nessa época, aliás, que as armas reais começam a aparecer tendo como suportes dois dragões, evidentemente derivados do timbre. Os monumentos mais antigos de que tenho conhecimento são do tempo de D. José I (1750-1777). Numerosos casos se encontrarão até ao fim da monarquia. À rainha D. Maria I (1777-1816), por exemplo, é atribuída a seguinte composição, de evidente inspiração francesa: escudo, elmo, coroa, suportes dois dragões de ouro, cada segurando uma bandeira, à esquerda, branca com as cinco quinas (o chamado "Portugal-antigo"), à direita, vermelha com sete castelos de ouro (as erradissimamente consideradas armas do reino do Algarve), colar da Ordem de Cristo, pavilhão vermelho semeado de quinas e castelos, encimado por um dragão de ouro.

Escrevendo pouco depois da proclamação da república, o historiador e eminente heraldista Braamcamp Freire na sua excelente Armaria Portuguesa, descreve as armas do rei de Portugal, "de 1826 a 1910": "Brasão completo": de prata, cinco escudetes de azul em cruz, cada um carregado de cinco besantes de campo; bordadura de vermelho carregada de sete castelos de ouro. Elmo de ouro, aberto, posto de frente, sobrepujado da coroa real. Timbre; dragão alado nascente de verde. Paquife e virol de prata e azul, ouro e vermelho.

* Conferência proferida na Sociedade Histórica em 13 de Março

Suportes: dois dragões alados de verde, cada um segurando um estandarte de prata, hasteado de ouro e carregado dos cinco escudetes das armas. Manto de púrpura forrado de arminhos e sobrepujado da coroa real. Grito de guerra: "SAN JORGE". Claro que não foi só no território europeu de Portugal que se fez uso do dragão real.

Apenas um exemplo: no baluarte de Santa Luzia da fortaleza de Diu (Índia) interessantíssimo baixo relevo acompanhado de inscrição datada de 1650 inclui as armas reais com coroa fechada e sainte desta o dragão, de frente, olhando à esquerda. São aliás raros os monumentos em que o dragão timbra uma coroa real fechada.

Procurei analisar o emblema desta Sociedade.

Tempo demasiado ocupei aos que me deram a honra de me ouvirem. Muito mais tal emblema mereceria a um heraldista, e a um português. Mas agora, para terminar, apenas direi que possa esta Sociedade Histórica da Independência de Portugal continuar a usá-lo nas suas publicações e nos seus timbres, enquanto existir, e possa existir enquanto exista Portugal, independente e civilizado, que o mesmo é dizer respeitador da sua História.

Tenho dito.

de 1980.